

A CARTOGRAFIA DO HORROR: TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E DESAMPARO EM *DE GADOS E HOMENS* E *TEMPORADA DE HURACANES*

THE CARTOGRAPHY OF HORROR: TERRITORY, VIOLENCE, AND ABANDONMENT IN DE GADOS E HOMENS AND TEMPORADA DE HURACANES

Lucas Sauzem Cruz¹

Juliana Prestes de Oliveira²

Resumo: Este artigo propõe uma análise comparada dos romances *De gados e homens* (2013), da brasileira Ana Paula Maia, e *Temporada de huracanes* (2017), da mexicana Fernanda Melchor, a partir de uma perspectiva territorial inscrita nos Estudos Literários e nos debates sobre a latino-americanidade. Partindo do pressuposto de que a América Latina pode ser compreendida como um território supranacional imaginado (Anderson, 2008), marcado pela colonialidade do poder (Mignolo, 2005) e por processos de hibridização e des/reterritorialização (Canclini, 2008, 2016), investigamos como as narrativas constroem microcosmos ficcionais – o Vale dos Ruminantes e La Matosa – que condensam e dramatizam dinâmicas de poder, violência e desamparo características do continente. Apoiando-nos na conceptualização de Haesbaert (2020) sobre o território como vida, plural e corpo, argumentamos que as obras de Maia e Melchor operam como cartografias literárias críticas, expondo a brutalização da vida na periferia do capitalismo global, a persistência de lógicas coloniais internalizadas e a resistência dos corpos e comunidades em territórios de r-existência. A violência, nestas narrativas, não é um elemento espetacular, mas a matéria-prima da organização social e da própria constituição dos territórios representados.

Palavras-chave: literatura Latino-americana. Território. Violência.

Abstract: This article proposes a comparative analysis of the novels *De gados e homens* (2013), by Brazilian author Ana Paula Maia, and *Temporada de huracanes* (2017), by Mexican author Fernanda Melchor, from a territorial perspective situated within Literary Studies and debates on Latin Americanness. Starting from the premise that Latin America can be understood as an imagined supranational territory (Anderson, 2008), marked by the coloniality of power (Mignolo, 2005) and by processes of hybridization and de/reterritorialization (Canclini, 2008, 2016), we investigate how the narratives construct fictional microcosms – the Vale dos

¹ Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). lucassauzem@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-8128-3756>

² Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). jprestesdeoliveira@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2624-0702>

Ruminantes [Valley of the Ruminants] and La Matosa – that condense and dramatize dynamics of power, violence, and abandonment characteristic of the continent. Relying on Haesbaert's (2020) conceptualization of territory as life, plural, and body, we argue that the works of Maia and Melchor function as critical literary cartographies, exposing the brutalization of life on the periphery of global capitalism, the persistence of internalized colonial logics, and the resistance of bodies and communities in territories of r-existence. In these narratives, violence is not a spectacular element, but the very raw material of social organization and of the constitution of the represented territories themselves.

Keywords: Latin American Literature. Territory. Violence.

Introdução

A designação “América Latina” contém um histórico de usos e compreensões que resultam em uma variedade de significados para a construção conceitual de latino-americanidade, que não se limitam aos parâmetros culturais, sociais, espaciais ou étnicos, mas os conjuga de uma maneira ou de outra dentro do conceito. Ao utilizar o termo, mobiliza-se, se não todos, mas em parte, um recorte arbitrário de indivíduos, os latino-americanos, com caracteres físicos hereditários, nativos de uma determinada região espacial, com uma configuração geopolítica específica, falantes majoritariamente de línguas de origem ibérica e hábitos sociais e costumes tradicionais próprios. Por mais particular que pareça a unidade latino-americana, especialmente de uma perspectiva estrangeira, todos esses pontos de referência podem ser problematizados, revelando não somente as contradições das possíveis definições, mas também uma multiplicidade de características variantes que desafiam o propósito unificador.

Por isso, uma maneira de tentar compreender a América Latina sem insistir em sentidos determinantes é através da prática de análise territorial, com a observação das dinâmicas de poder que estão em funcionamento nos inúmeros territórios dispostos no território supranacional latino-americano. Essa abordagem permite explorar a região para além de fronteiras fixas, concentrando-se nas relações de força que a perpassam. A noção de “território supranacional” justifica-se por identificar que diversas nações do continente americano são reconhecidas como latino-americanas, transpondo as fronteiras nacionais através da

CLARABOIA, n. 24, p. 175-188, ago./dez. 2025. ISSN: 2357-9234

transversalidade cultural, econômica, histórica e social que possuem em comum. Além disso, essa denominação permite atribuir os sentidos sobre a nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana (Anderson, 2008). Compreender a América Latina como território supranacional é, portanto, reiterar seu *status* de comunidade imaginada, percebida desde seu interior por uma perspectiva de estreita afinidade, na qual se reconhece um processo formador particular e uma unicidade identitária, ainda que frágeis e constantemente desafiadas.

Este artigo elege a literatura como campo privilegiado para a observação dessas dinâmicas territoriais. Se, como afirma Haesbaert (2020), a maior contribuição de uma perspectiva latino-americana sobre o território está na ideia da multiplicidade de condições para a realização das relações espaço-poder, a ficção opera como um laboratório onde tais condições são intensificadas, dramatizadas e criticamente expostas. Para isso, analisa-se dois romances recentes que, oriundos de contextos nacionais distintos – Brasil e México –, convergem na construção de territórios literários que encapsulam patologias sociais profundas da experiência latino-americana: o romance brasileiro *De gados e homens* (2013), de Ana Paula Maia, que acompanha a vida de trabalhadores brutalizados em um matadouro no interior do Brasil; e o romance mexicano *Temporada de huracanes* (2017), de Fernanda Melchor, narrativa polifônica que investiga o assassinato de uma mulher trans em uma comunidade rural assolada pela pobreza e pela violência do narcotráfico.

O objetivo é demonstrar como esses romances configuram, através de suas poéticas específicas, territórios marcados pela violência sistêmica, pelo desamparo institucional e pela animalização da vida. Partiu-se de uma contextualização teórica sobre a América Latina como território supranacional e suas heranças coloniais, passando pela discussão sobre hibridação e desterritorialização, para então adentrar a conceitualização de território (Haesbaert, 2020) e aplicá-la às narrativas. A análise buscará mostrar que o Vale dos Ruminantes e La Matosa não são meros pano de fundo, mas agentes ativos nas tramas, produtores de subjetividades e arenas onde se travam lutas pela vida e pela morte, constituindo-se, assim, em alegorias do continente supranacional.

A América Latina como território supranacional: colonialidade, hibridação e desterritorialização

A proveniência da conceitualização de América Latina, como sublinha Mignolo, formou-se na “esfera de la matriz colonial de poder que se relaciona con la cuestión del conocimiento

y la subjetividad, en tanto empezaba a definirse un nuevo mapa del mundo y surgía una nueva identidad” (Mignolo, 2005, p. 92). A colonialidade, enquanto lado obscuro da modernidade, é a estrutura de poder que sobrevive ao fim das administrações coloniais diretas, perpetuando hierarquias raciais, epistemológicas e econômicas. Para Mignolo, a noção construída sobre o território latino-americano é a de que ele representa “una fuente de mano de obra barata, con abundantes recursos naturales y destinos turísticos exóticos con hermosas playas caribeñas, una región que da la bienvenida a viajeros, inversores y explotadores” (Mignolo, 2005, p. 118). Essa lógica exploratória não é apenas externa; ela se reproduziu internamente, onde a “población criolla de ascendencia europea en América del Sur y el Caribe asumió el papel de amo, si bien al mismo tiempo fue esclava de Europa Occidental y Estados Unidos” (Mignolo, 2005, p. 70), marginalizando povos indígenas e de origem africana.

Darcy Ribeiro (2012), por sua vez, enfatiza que, apesar das profundas desigualdades e da discriminação que pesa sobre esses contingentes, a unidade latino-americana se funda justamente nesse entrecruzamento. Ele argumenta que “por cima das linhas cruzadas de tantos fatores de diferenciação – a origem do colonizador, a presença ou ausência e o peso do contingente indígena e africano e de outros componentes –, o que sobressai no mundo latino-americano é a unidade do produto resultante da expansão ibérica sobre a América e o seu bem-sucedido processo de homogeneização” (Ribeiro, 2012, p. 9). No entanto, essa unidade macro étnica, evidente para um olhar externo, não se consolidou como um ente político autônomo. Ribeiro diagnostica um problema de autorreconhecimento: “Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas que se comunicam por mar e pelo ar e que com mais frequência se voltam para fora, para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro” (Ribeiro, 2012, p. 3). Esse isolamento intensifica a dependência e dificulta a percepção das dinâmicas de força que atravessam o território comum.

Esse cenário é ainda mais complexificado pelas transformações contemporâneas. Néstor Canclini introduz uma camada crucial para se pensar essa unidade na contemporaneidade: a hibridação e a desterritorialização. O mundo atual se caracteriza pela “heterogeneidade, mobilidade e desterritorialização” (Canclini, 2008, p. 166), um contexto em que as fronteiras se tornam permeáveis. Para a América Latina, historicamente híbrida, isso significa que sua identidade já não pode ser pensada a partir de raízes estáveis e territoriais fixas. Canclini questiona: “¿Cómo delimitar lo que entendemos por «nuestra cultura» si gran parte de la música argentina, brasileña, colombiana, cubana y mexicana se edita en Los Ángeles, Miami y Madrid y se baila en estas ciudades casi tanto como en los países donde surgió?” (Canclini, 2011, p.

75). A identidade cultural, que antes se ancorava na ideia de um lugar compartilhado, é agora corroída e realocada por fluxos transnacionais.

Esse processo gera um sentimento que Canclini denomina “estranheidade”, uma “consciência de um desajuste, perda da identidade em que antes nos reconhecíamos” (Canclini, 2016, p. 62). Nas sociedades contemporâneas, a estraneidade surge no fluxo de bens culturais que entram e saem de territórios, confundindo-se com o tradicional e o popular, ou até mesmo os ofuscando. A pergunta que se impõe é: “somos convidados ou pressionados a viver outras ‘pátrias?’” (Canclini, 2016, p. 61). Nos romances aqui analisados, veremos que a estraneidade não é apenas cultural, mas também existencial: os personagens se sentem profundamente desajustados em seus próprios lugares, estrangeiros em sua terra, em uma dimensão aguda das contradições latino-americanas.

Por uma teoria do território na América Latina: vida, pluralidade e corpo

É na obra do geógrafo Rogério Haesbaert (2020) que encontramos uma sistematização teórica particularmente fértil para analisar a complexidade territorial latino-americana, superando a visão eurocêntrica do território como simples extensão do Estado. Haesbaert propõe três ênfases interligadas para pensar o território a partir da realidade do continente: o território como vida, o território plural e o território do corpo.

A ideia de território como vida funciona como condição indissociável para a existência de uma comunidade, rompendo com a visão dicotômica entre materialidade e espiritualidade, natureza e sociedade. É a concepção de povos originários, para os quais o território não é um recurso, mas a base da própria existência física e cosmológica. Trata-se de um “território de vida para grupos cuja existência se deve a essa relação indissociável com seus espaços vividos” (Haesbaert, 2020, p. 145).

O território plural refere-se ao reconhecimento de que múltiplos sujeitos e grupos sociais constroem dinâmicas de poder particulares, contrapondo-se à “tradicional leitura eurocêntrica exclusivista e universalizante, do território como território estatal” (Haesbaert, 2020, p. 147). Haesbaert dá especial importância às dinâmicas de resistência que grupos subalternos operam, impondo o território como “ferramenta de luta” para a preservação de uma identidade sociocultural comprometida, seja de caráter econômico, de gênero, sexualidade ou étnico-racial. “Num continente marcado por profunda exploração econômica, insegurança política, racismo e desigualdade social - com destaque para a concentração da terra - grupos

subalternos, Estado e capitalistas desenham o tempo inteiro um complexo emaranhado de lutas no e pelo território” (Haesbaert, 2020, p. 147).

Por fim, a abordagem sobre território-corpo está vinculada principalmente aos movimentos feministas e indígenas, que entendem o corpo em sua noção física individual e na sua extensão como entidade social, utilizando-o também como ferramenta de resistência. A luta por esse território-corpo não parte meramente da defesa por um espaço, mas de uma causa que tenta resistir às ameaças contra a própria existência. É uma “concepção decolonial, complexa e não dualista, de ‘corpo’ [que] brota de uma noção de corporeidade em toda a sua multiplicidade (o que inclui não apenas a condição de gênero, raça e faixa etária, mas os distintos papéis de seus diferentes órgãos) e, [...] na conjugação entre corpo individual e corpo social” (Haesbaert, 2020, p. 87).

Estes três eixos – vida, pluralidade e corpo – oferecem uma chave de leitura poderosa para as narrativas de Maia e Melchor, onde veremos o território sendo disputado, violado e, ao mesmo tempo, constituindo o último reduto de resistência para personagens à beira da desumanização.

O território abjeto: animalização e política da morte em *De gados e homens*

O romance *De gados e homens* situa-se em um ambiente rural indeterminado, conhecido como Vale dos Ruminantes, onde a economia gira em torno de um matadouro. Este espaço não é uma mera localidade geográfica, mas um aparato biopolítico no sentido mais preciso do termo: uma tecnologia de poder que regula a vida no nível da população através do controle da morte. A narrativa nos apresenta esse espaço através de uma descrição minuciosa de seu funcionamento, onde cada acentua a eficiência brutal. Edgar Wilson, o atordoador; Helmuth, o desmembrador; Emetério, o processador de resíduos – cada personagem é uma engrenagem especializada nesta máquina de produção de carne.

A problematização da narrativa reside em demonstrar como este espaço produtivo é, simultaneamente, um espaço de produção de subjetividade. O matadouro não apenas processa animais; ele fabrica um tipo específico de humano: o homem bruto. A rotina diária de violência institucionalizada dessensibiliza os trabalhadores, exigindo deles uma suspensão progressiva de sua humanidade. Como reflete um dos personagens: “Alguém precisa fazer o trabalho sujo. O trabalho sujo dos outros. Ninguém quer fazer esse tipo de coisa. Para isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você” (Maia, 2013, p. 16). Esta fala revela a naturalização ideológica

de sua condição: eles são os condenados da terra do sistema alimentar global, os seres designados para suportar o trauma psíquico e moral que permite o consumo anestesiado nas cidades.

Sob a perspectiva de Haesbaert (2020), o matadouro é a negação radical do território como vida. Em vez de um espaço de florescimento existencial, é um anti-território dedicado à aniquilação metódica. A morte aqui não é um evento, mas um processo industrial. O sangue não é um fluido vital, mas um resíduo que contamina o rio, transformando-o em um veículo de morte: “O rio está deserto. É um rio morto e raramente se vê alguém pescando nele” (Maia, 2013, p. 35). Esta contaminação do ambiente circundante simboliza como a lógica do abatedouro transborda seus limites físicos, envenenando todo o território do Vale dos Ruminantes.

O gesto mais radical do romance é sua exploração do que o filósofo Gabriel Giorgi (2011) chamaria de zoopolítica – as formas como o poder gerencia a distinção entre vida humana e vida animal. Maia constrói um universo onde essa distinção se torna porosa e instável. A animalização não é uma metáfora, mas uma condição material que se inscreve nos corpos e nos comportamentos.

Esta dissolução opera em múltiplos níveis. No plano fisiológico, os corpos dos trabalhadores adquirem características animais: Milo aprendeu a “berrar” na infância, disputando com bezerros; Helmuth tem olhos que “reluzem como olhos de ruminantes” (Maia, 2013, p. 25). No plano social, a população faminta que rodeia o matadouro disputa restos de carne com matilhas de cães, equiparando-se a eles na luta pela sobrevivência. No plano espacial, o confinamento dos homens assemelha-se ao do gado: “Ambos os confinamentos, de gado e de homens, estão lado a lado, e o cheiro, por vezes, os assemelham” (Maia, 2013, p. 19).

O protagonista, Edgar Wilson, torna-se a consciência paradoxal deste processo. Ele é ao mesmo tempo o agente mais eficiente do sistema e seu crítico mais lúcido. Sua habilidade de “estabelecer perfeito equilíbrio entre os temores dos irracionais e o devaneio abominável de quem os domina” (Maia, 2013, p. 52) revela uma compreensão profunda da psicologia animal, mas essa mesma empatia o leva a questionar a ordem que sustenta: “Edgar sente-se tão afinado com os ruminantes [...] que às vezes se perde em sua consciência ao questionar quem é o homem e quem é o ruminante” (Maia, 2013, p. 68). Esta crise ontológica é o sintoma máximo da violência do sistema: ele corrói a autocompreensão do humano.

A personagem de Bronco Gil merece uma análise particular, pois encarna a internalização da lógica colonial que estrutura o território. Sua história pessoal é um microcosmo da violência fundadora da América Latina: filho de uma indígena estuprada por um fazendeiro, foi posteriormente trocado por “carne enlatada e banha de porco” (Maia, 2013, p. 40) – literalmente convertido em mercadoria.

Sua trajetória ilustra o que Mignolo (2005) identifica como o duplo papel do crioulo: simultaneamente vítima e algoz. Bronco Gil é um sujeito desterritorializado duas vezes: primeiro de sua comunidade indígena, depois de qualquer humanidade plena. A “civilização o barbarizou” (Maia, 2013, p. 40), ensinando-o a “caçar por prazer”. Ele se torna o guardião do território, um homem que aplica contra outros a mesma lógica de caça que foi aplicada a ele. Sua função como capataz – “hostilizando qualquer bicho ou gente que tente invadir a propriedade” – demonstra como o território plural de Haesbaert se organiza através de hierarquias brutais. Bronco Gil representa a sobrecodificação do espaço: ele defende não apenas uma propriedade, mas todo um sistema de valores baseado na violência, na posse e na dessensibilização. Sua presença garante que a zona de sacrifício permaneça contida, que sua violência não contamine o mundo “civilizado” que consome seus produtos.

Um dos momentos de maior força simbólica do romance ocorre em seu clímax: o suicídio coletivo do gado. Este ato não é uma simples fuga, mas uma greve animal, uma recusa radical do sistema que os condena. Ao se lançarem no abismo “após emitir um longo mugido” (Maia, 2013, p. 111), os bois realizam o único gesto de autonomia possível em um sistema que lhes nega qualquer agência. Este evento funciona como uma interrupção metafísica na lógica do matadouro. Como observa Giorgi (2011), o sistema depende do desconhecimento animal de sua própria mortalidade. O suicídio introduz esse conhecimento, tornando os animais sujeitos de sua própria morte, e não apenas objetos da morte administrada pelos humanos. É um ato que desestabiliza toda a economia simbólica do abatedouro.

A reação da população miserável, que rapidamente se aglomera para esquartelar os cadáveres “como abutres” (Maia, 2013, p. 119), completa o círculo da animalização. A revolta dos ruminantes é imediatamente reabsorvida pela lógica da sobrevivência, demonstrando a resiliência feroz do sistema. No entanto, o gesto fica registrado como uma fissura, uma pergunta perturbadora que ecoa: o que acontece quando as vítimas do sistema recusam finalmente sua condição?

De gados e homens ultrapassa a denúncia de condições de trabalho precárias. Através de sua construção territorial, Maia elabora uma reflexão sobre os fundamentos violentos de

nossa civilização. O Vale dos Ruminantes é um “matadouro da cultura”, o lugar onde “a vida humana enfrenta seu duplo degradado, informe, como um clone deformante e – sempre – sanguinolento, que não pode ser diferenciado do animal, e cuja irrupção é sempre política ou politizável” (Giorgi, 2011, p. 216).

O romance demonstra como a política da morte não é uma anomalia, mas o fundamento oculto de certas formas de produção econômica. A animalização dos trabalhadores não é um efeito colateral, mas uma condição necessária para o funcionamento do sistema. Ao levar essa lógica às suas últimas consequências, Maia nos força a confrontar uma pergunta incômoda: em que medida todos nós, consumidores anônimos do sistema global, somos cúmplices na manutenção dessas zonas de sacrifício?

O território do Vale dos Ruminantes, portanto, não se limita a um lugar específico no Brasil. Ele se torna uma alegoria universal dos espaços onde a humanidade é negociada em troca de eficiência produtiva, onde a linha que nos separa do animal é deliberadamente embaçada para servir a interesses econômicos. É o território da exceção que, como bem sabemos, tornou-se a regra em vastas extensões do capitalismo periférico latino-americano.

O território do desamparo: violência de gênero e a estraneidade em *Temporada de huracanes*

Se em *De gados e homens* o território se organiza em torno de uma lógica produtiva perversa, ainda que reconhecível como engrenagem capitalista, em *Temporada de huracanes*, de Fernanda Melchor, adentramos um território onde o próprio tecido social parece ter entrado em colapso. A trama desenrola-se em La Matosa, um povoado miserável do México, após o brutal assassinato de uma mulher trans conhecida como a Bruja. Através de um coro de vozes da comunidade, o romance reconstrói os eventos que levaram ao crime, expondo uma rede de violência, preconceito e desespero. La Matosa não é um espaço de produção, mas de despossessão generalizada. O desamparo aqui não é uma condição ocasional, mas a estrutura fundamental que define as relações humanas, o Estado e o próprio espaço. Através de uma narrativa polifônica que reproduz a violência discursiva do mundo representado, Melchor constrói um retrato de um México profundo onde a colonialidade do poder se manifesta através do feminicídio, da transfobia, da pobreza extrema e do completo abandono estatal.

La Matosa configura-se como o que poderia ser chamado de “território sacrificial” na geopolítica mexicana. É um espaço conectado à economia global apenas pela sua função de

passagem – “atravesado por la principal estrada que liga los pozos petrolíferos del Norte à capital” – mas desconectado de qualquer benefício oriundo dessa conexão. Essa condição periférica dentro da própria nação materializa o que Mignolo (2005) identifica como a persistência da matriz colonial de poder, que condena certos territórios e populações a uma condição de explorabilidade permanente.

A ausência do Estado é tão absoluta que se torna uma presença fantasmagórica. O Estado não falha; ele simplesmente não existe como instância de proteção ou garantia de direitos. Suas únicas aparições são através da polícia corrupta, cujos membros são “más o menos lo mismo” (Melchor, 2017, p. 80) que os criminosos do cartel Sombra, e dos profissionais de saúde que, no hospital, repetem a violência inicial sofrida pelas vítimas, como no caso de Norma, que é “hurgada” por um médico. Esse vazio de poder é preenchido pela lei do mais forte, personificada no narcotráfico e em suas estruturas patriarcais. A comunidade, longe de ser um reduto de solidariedade, transforma-se em uma câmara de eco de preconceitos e violências, onde o “diz-que-diz” opera como um tribunal informal que condena e estigmatiza.

Sob a ótica de Haesbaert (2020), La Matosa é a antítese do território como vida. Não há uma relação integradora e positiva com o espaço. Pelo contrário, o ambiente é hostil: a terra está seca, o calor é opressivo, e a temporada de furacões que se anuncia metaforiza a violência iminente que varre a comunidade. O território não sustenta a vida; ele a consome. A descrição do final do romance é elucidativa: “decapitados, descuartizados, encobijados, embolsados que aparecen en los recodos de los caminos o en fosas cavadas con prisa” (Melchor, 2017, p. 149). Os corpos descartáveis tornam-se parte da paisagem, a prova material de que, neste território, a morte é o regime de normalidade.

A personagem da Bruja Chica é o centro catalisador das tensões territoriais do romance. Sua existência e sua morte violenta expõem as entranhas de uma sociedade fundada na exclusão. A narrativa de Melchor nega à Bruja Chica qualquer voz interior ou momento de subjetivação plena. Sua história é sempre contada pelos outros, através de um coro de vozes anônimas que a constroem como um monstro, um abjeto, um “outro” radical. Esse apagamento narrativo é um espelho de seu apagamento social.

A violência contra a Bruja Chica é multiterritorial. Começa no território do corpo: sua identidade transgênero é constantemente negada e patologizada pelo discurso comunitário. Ela não é uma mulher; é “un señor [...] vestido con ropas negras de mujer”, “un homosexual” (Melchor, 2017, p. 61). Seu corpo se torna um território público, disponível para a violação. Os jovens da cidade invadem sua casa e a violentam sexualmente em uma prática que se normaliza,

um ritual sádico de afirmação de masculinidade que opera sobre a aniquilação do corpo feminizado. E ele estende-se ao território simbólico: ela é confinada ao papel de “bruxa”, uma figura do imaginário coletivo que justifica sua marginalização. Os boatos sobre um suposto tesouro a transformam em um alvo, desumanizando-a e reduzindo sua existência a um objeto a ser pilhado. Sua solidão é absoluta, quebra apenas pelas prostitutas que ajudava, um vínculo frágil entre os desamparados.

A violência culmina no território físico, com seu assassinato brutal. Seus assassinos, Brando e Luismi, não manifestam remorso. Brando acredita ter feito um favor à comunidade: “la neta, al chile que la Bruja se lo merecía: por choto, por feo, por culero y por manchado” (Melchor, 2017, p. 107). Sua morte é, na lógica perversa do território, uma higienização. O sorriso fixado em seu cadáver em decomposição é a última e mais perturbadora imagem de resistência, uma afirmação enigmática de agência para além da morte, desafiando a lógica que a condenou.

O romance de Melchor demonstra como o desamparo é ensinado e reproduzido, especialmente para as mulheres. As histórias de Yesenia e Norma funcionam como variações sobre o tema da violência de gênero como estrutura fundante de La Matosa. Yesenia representa a jovem cujo território-corpo é sistematicamente negado e violado dentro do próprio espaço doméstico. Sua avó, a matriarca tóxica, é a agente de uma pedagogia da crueldade. Ela a humilha constantemente, chamando-a de “arrimada, arrastrada, inútil, peor que animal” (Melchor, 2017, p. 28), reforçando um sentimento de não-pertencimento. A violência psicológica é complementada pela física, com surras de “la pita mojada”. O ápice dessa violência doméstica é o corte de seu cabelo, o único elemento de seu corpo com o qual mantinha uma relação positiva. Este ato não é apenas um castigo; é uma tentativa de destruir sua autoestima e marcar seu corpo como território sob o controle absoluto da avó. O apelido “Lagarta”, que a comunidade adota, consolida essa animalização, ecoando o processo visto em *De gados e homens*, mas com uma conotação misógina específica.

Norma, por sua vez, é a figura da vítima absoluta. Seu corpo de criança e adolescente é um território sequestrado. A violência começa no lar, com o abuso sexual do padrasto, uma violação que é vivida por Norma com uma confusão aterradora entre repulsa e desejo, fruto de sua imaturidade e carência afetiva. Sua fuga para La Matosa a leva a um território ainda mais hostil, onde é imediatamente assediada pelos capangas do narcotráfico. A gravidez resultante do estupro a coloca em uma situação insustentável. O aborto, forçado pela mãe de Luismi, é

uma nova violência sobre seu corpo, uma solução brutal para um problema criado pela violência masculina.

A cena no hospital é talvez uma das mais emblemáticas do desamparo institucional. Norma, já à beira da morte, é despida e examinada sem o menor resquício de dignidade ou privacidade. O médico que “metió la cabeza entre sus muslos y comenzó a hurgar en aquel sexo que Norma ya no reconocía como suyo” (Melchor, 2017, p. 67-68) repete, em um contexto institucional, a lógica de invasão e posse que definiu sua vida. Seu corpo, já território violado pelo padrasto e pela gravidez indesejada, é agora violado pela ciência médica, completando um ciclo de despossessão total.

Assim, *Temporada de huracanes* constrói um território onde a violência não é um acidente, mas a linguagem primordial. La Matosa é um espaço onde a pluralidade de que fala Haesbaert se manifesta como uma guerra de todos contra todos, mas onde essa guerra tem alvos preferenciais: os corpos femininos, os corpos trans, os corpos pobres. A interseccionalidade das opressões – classe, gênero, raça, identidade sexual – é o motor da violência.

O sentimento de “estranheidade” descrito por Canclini (2016) atinge aqui seu paroxismo. Os personagens de Melchor não são apenas estrangeiros em sua própria terra; são estrangeiros em seus próprios corpos, que lhes foram roubados pela violência. A comunidade, em vez de refúgio, é a fonte da ameaça. A narrativa polifônica, com sua torrente de palavras sujas e preconceituosas, é a materialização literária desse território hostil. Não há uma voz narrativa superior que julgue ou condene; o leitor é lançado diretamente no fluxo caótico e cruel do discurso social, forçado a experimentar a lógica distorcida desse mundo.

Por fim, o romance vai além de denunciar a violência do narcotráfico. Ele revela como o desamparo estatal e as estruturas patriarcais e transfóbicas criam as condições para que a violência mais extrema floresça. La Matosa não é uma anomalia, mas uma síntese concentrada e hiperbólica de dinâmicas presentes em muitos territórios latino-americanos. A “temporada de huracanes” é permanente, e seu legado, como insiste a última linha do livro, não é um tesouro, mas “un dolor punzante que se niega a disolverse” (Melchor, 2017, p. 149). É a dor, e não a esperança, o afeto que define e une os sobreviventes neste território de puro desamparo.

Considerações Finais

A análise dos romances *De gados e homens*, de Ana Paula Maia, e *Temporada de huracanes*, de Fernanda Melchor, à luz das teorias do território, demonstra o potente papel da

literatura em cartografar as feridas abertas da América Latina. O Vale dos Ruminantes e La Matosa emergem como territórios literários que, embora ficcionais, são profundamente reveladores de dinâmicas reais do continente.

Ambos os espaços compartilham a condição de territórios à margem: margem do sistema capitalista globalizado, que os explora e descarta; margem do Estado, que neles se faz presente apenas pela sua ausência ou pela face corrupta de suas instituições; e margem dos parâmetros civilizatórios hegemônicos, onde a violência se naturalizou como regra de convívio. Nestes lugares, a colonialidade do poder, teorizada por Mignolo, se manifesta na internalização da lógica exploratória, na hierarquização racial e de gênero, e na brutalização da vida.

As conceitualizações de Haesbaert provaram-se fundamentais para decifrar a complexidade desses mundos ficcionais. Em *De gados e homens*, vimos um território onde a vida é suprimida pela lógica industrial do abate, onde a pluralidade se expressa na lei brutal dos homens brutos, e onde o corpo é o lugar da confusão entre humano e animal. Em *Temporada de huracanes*, o território é definido pelo desamparo que impede uma vida digna, uma pluralidade que oprime os corpos dissidentes, e uma violência que se inscreve no corpo das mulheres e daqueles que desafiam as normas de gênero.

Apesar das diferenças de estilo e foco – Maia opta por uma prosa mais contida e alegórica, enquanto Melchor mergulha em um turbilhão linguístico e realista –, ambos os romances convergem em seu diagnóstico sombrio. Eles mostram que a “unidade latino-americana” de que fala Darcy Ribeiro não se funda apenas na mestiçagem, mas também em uma experiência compartilhada de violência estrutural e despossessão. Ao mesmo tempo, a “estranheidade” diagnosticada por Canclini ganha, nessas narrativas, uma dramaticidade visceral: os personagens são estranhos a si mesmos, alienados em territórios que lhes são hostis.

Por fim, estas obras não se limitam a refletir passivamente uma realidade. Elas a interrogam, a amplificam e a criticam. Ao construir esses territórios do horror, Ana Paula Maia e Fernanda Melchor realizam um gesto político e estético. Elas forçam o leitor a encarar as consequências humanas de um modelo de sociedade que, na periferia do capitalismo global, produz zonas de sacrifício onde a vida vale pouco e a morte é banal. A literatura, neste caso, torna-se um instrumento essencial para desvelar as dinâmicas de poder que moldam o território supranacional latino-americano, insistindo na pergunta: que tipo de vida é possível em terras onde a violência se tornou a paisagem?

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EdUSP, 2008.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Latinoamericanos buscando lugar en este siglo**. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **O mundo inteiro como lugar estranho**. Tradução de Larissa Locoselli. São Paulo: EdUSP, 2016.
- GIORGI, Gabriel. **Formas comunes**: animalidad, cultura, biopolítica. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 24 set. 2022.
- MAIA, Paula. **De gados e homens**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- MELCHOR, Fernanda. **Temporada de huracanes**. Ciudad de México: Random House, 2017.
- MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2005.
- NUNES, Benedito. O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria (org.). **Pensar/escrever o animal**: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 13-22.
- RIBEIRO, Darcy. **América Latina**: a pátria grande. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.